

Pedido de informações

por Marta Salomon
de Brasília

O ministro do Trabalho e Previdência, Antônio Rogério Magri, receberá nos próximos dias um pedido de informações da Câmara dos Deputados sobre o montante da dívida de empresas privadas e a lista dos 100 maiores devedores da Previdência. O pedido foi encaminhado ontem, junto com as assinaturas de líderes partidários e representantes de sindicatos de trabalhadores.

"Torna-se necessário indicar e definir responsabilidades sobre a questão, sob pena de se produzir o gradual desaparecimento da previdência pública no Brasil", justificou o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), autor do pedido de informações ao ministro. Magri tem 30 dias para responder à Câmara, segundo prazo fixado na Constituição.

Os deputados querem detalhes sobre o aumento da dívida do setor público e do setor privado para com a Previdência Social desde 1985. Também perguntam sobre as medidas "efetivamente tomadas" pelo atual governo para a cobrança desta dívida. O ministério deverá enviar à Câmara a lista dos 100 maiores devedores de encargos sociais no País acompanhada do valor da dívida de cada um.

A situação deficitária da Previdência já é de conhecimento de todos", diz o pedido endossado pelo PFL, PDS, PMDB, PTB, PT e PCB.

O projeto de lei também deverá mexer nas contas das empresas. Para custear os novos benefícios constitucionais, os parlamentares propõem o aumento da alíquota do Finsocial de 1,2 para 2% e das contribuições sobre o lucro das empresas, sobretudo das que operam no setor financeiro.

A votação do projeto hoje no Senado dependerá da presença de, pelo menos, 38 dos 75 senadores no plenário.

"O governo tem plena consciência da importância da matéria", disse o senador Odacir Soares (PFL-RO), um dos que retiraram a assinatura do pedido de urgência.